Ofício (CN) nº 8, de 2014

Autoria: Superior Tribunal de Justiça**Iniciativa:****Ementa:**

Encaminha, conforme o inciso I do art. 5º da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Superior Tribunal de Justiça, referente ao terceiro quadrimestre de 2013.

Assunto: -
Data de Leitura: 14/02/2014

Tramitação encerrada

Decisão: Conhecida
Destino: Ao arquivo
Último local: -
Último estado: 15/10/2015 - CONHECIDA.

Relatoria:**CMO - (Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização)****Relator(es):**

Deputado Federal Cláudio Puty (encerrado em 31/01/2015 - Fim de Legislatura)
Deputado Federal Átila Lins (encerrado em 07/10/2015 - Redistribuição)

TRAMITAÇÃO

28/10/2015 SF-SARQ - Secretaria de Arquivo
Ação: Processo Recebido e Arquivado.

22/10/2015 SF-SEXP - SECRETARIA DE EXPEDIENTE
Ação: Anexado Ofício (CN) nº 453, de 2015, comunicando o arquivamento da matéria.
Ao Arquivo.

15/10/2015 SF-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO
Situação: CONHECIDA.
Ação: Anunciado o arquivamento da presente matéria, cujo parecer está publicado em avulsos eletrônicos e no Diário do Senado Federal de 16/10/2015.
Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

*Publicado no DSF Páginas 157
Publicado no DSF Páginas 213-217*

15/10/2015 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN
Situação: AGUARDANDO LEITURA PARECER (ES)

TRAMITAÇÃO

Ação: Ao Plenário, para comunicação e publicação do Parecer nº 76 de 2015-CN.

13/10/2015 CN-CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Ação: À SCLCN.

07/10/2015 CN-CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Situação: APROVADO PARECER NA COMISSÃO

Ação: A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO - CMO, na Nona Reunião Extraordinária, realizada em 7 de outubro de 2015, APROVOU, por unanimidade, o Relatório do Deputado WADSON RIBEIRO, Relator ad hoc (Designado Relator anteriormente o Deputado Átila Lins), pelo CONHECIMENTO e ARQUIVAMENTO das seguintes matérias: Aviso nº 13/2014-CN, "Relatório de acompanhamento pelo Tribunal de Contas da União da Gestão Fiscal dos Poderes e Órgãos da União, do terceiro quadrimestre de 2013"; Mensagem nº 1/2014-CN, "Encaminha, conforme o disposto no art. 5º da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Supremo Tribunal Federal, referente ao terceiro quadrimestre de 2013, de que trata o art. 54 da Lei Complementar nº 101/2000"; Mensagem nº 2/2014-CN, "Encaminha, nos termos do art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal referente ao período de janeiro a dezembro do exercício de 2013"; Ofício nº 1/2014-CN, "Encaminha, em atendimento ao disposto no art. 118 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011, os demonstrativos que compõem os Relatórios de Gestão Fiscal do Ministério Público da União e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, referentes ao 3º quadrimestre de 2013"; Ofício nº 2/2014-CN, "Encaminha, em conformidade com o inciso I do art. 5º da Lei nº 10.028/2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Conselho da Justiça Federal, referente ao 3º quadrimestre de 2013"; Ofício nº 3/2014-CN, "Encaminha, em cumprimento ao art. 5º da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do 3º quadrimestre de 2013, de que trata o art. 54 da Lei Complementar nº 101/2000, do Conselho Nacional de Justiça"; Ofício nº 4/2014-CN, "Encaminha, em cumprimento ao disposto no inciso I do art. 5º da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal da Câmara dos Deputados, referente ao período de janeiro a dezembro de 2013"; Ofício nº 5/2014-CN, "Encaminha, em cumprimento ao art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior do Trabalho, referente ao período de janeiro a dezembro de 2013"; Ofício nº 6/2014-CN, "Encaminha, em cumprimento ao artigo 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior Eleitoral referente ao 3º quadrimestre de 2013"; Ofício nº 7/2014-CN, "Encaminha, conforme exigência do art. 54 da Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Militar da União, referente ao terceiro quadrimestre de 2013"; e Ofício nº 8/2014-CN, "Encaminha, conforme o inciso I do art. 5º da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Superior Tribunal de Justiça, referente ao terceiro quadrimestre de 2013".

22/09/2015 CN-CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

Ação: Matéria incluída na pauta da reunião.

11/09/2015 CN-CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Recebido do Relator, Deputado Átila Lins, em 10.09.2015, relatório com voto pelo conhecimento da matéria e envio para o arquivo.

29/04/2015 CN-CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Designado Relator o Deputado Átila Lins, em 29.04.2015. Anexado ao AVN 13/2014.

***** Retificado em 26/05/2015*****

Onde se lê: Anexado ao AVN 13/2014.

Leia-se: Anexado à folha de nº 12.

TRAMITAÇÃO

03/02/2015 CN-CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Em virtude do término da 54ª Legislatura deixa o Dep. Cláudio Puty de ser relator da matéria.

28/10/2014 CN-CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

Ação: Matéria incluída na pauta da reunião.

16/10/2014 CN-CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Recebido, do Relator, Deputado CLAUDIO PUTY, relatório com voto no sentido de que a Comissão tome conhecimento da matéria, e, determine o seu arquivamento. Original encontra-se anexado ao processado do AVN nº 13 , de 2014 nas folhas de nº's 105 a 110.

01/08/2014 CN-CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Ação: A partir de 1º de agosto de 2014 os boletins de ação legislativa não mais serão impressos, nos termos da Instrução Normativa nº 1, de 2014, do Secretário-Geral da Mesa. As consultas sobre a tramitação da matéria devem ser realizadas diretamente no sistema eletrônico próprio.

08/04/2014 CN-CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Designado Relator o Deputado Cláudio Puty, conforme Of. Pres. nº 069/2014/CMO, de 08.04.2014. Anexado à folha de nº 11.

19/02/2014 CN-CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Recebido na CMO em 19.02.2014, às 19h05min.

19/02/2014 SF-SEXP - SECRETARIA DE EXPEDIENTE

Ação: Anexado Ofício CN nº 107/14, ao Presidente da Câmara dos Deputados, comunicando o recebimento do Ofício nº 145, de 2014, na origem, autuado como Ofício nº 8, de 2014-CN, do Presidente do Superior Tribunal de Justiça, encaminhando ao Congresso Nacional, nos termos do inciso I do art. 5º da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Superior Tribunal de Justiça, referente ao 3º quadrimestre de 2013, bem como o envio do calendário para tramitação da matéria (fl. 10).

À CMO.

14/02/2014 SF-SEXP - SECRETARIA DE EXPEDIENTE

Ação: Recebido neste órgão às 16:35 hs.

TRAMITAÇÃO

14/02/2014 SF-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação: A Presidência comunica ao Plenário que recebeu do Presidente do Superior Tribunal de Justiça o presente Ofício.

Estabelecimento do seguinte calendário de tramitação, nos termos do art. 120 da Resolução nº 1, de 2006-CN:

Leitura: 14/2/2014

Até 19/02 prazo para publicação da matéria;

Até 06/03 prazo para apresentação de relatório;

Até 13/03 prazo para apresentação de emendas ao relatório; e

Até 20/03 prazo para apresentação, publicação, distribuição e votação do relatório e encaminhamento do parecer da CMO à Mesa do Congresso Nacional.

A matéria será publicada no Diário do Senado Federal de 15 de fevereiro do corrente.

O Expediente será encaminhado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

Publicado no DSF Páginas 77-83

14/02/2014 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Ação: Ao Plenário para leitura e designação de calendário para tramitação da matéria.

13/02/2014 CN-PLG - PROTOCOLO LEGISLATIVO-CN

Situação: AGUARDANDO LEITURA

Ação: Este processo contém 06 (seis) folha(s) numerada(s) e rubricada(s).
À SSCLCN.

DOCUMENTOS

OFN 8/2014

Data: 13/02/2014

Autor: Superior Tribunal de Justiça

Local: Plenário do Congresso Nacional

Descrição/Ementa: Encaminha, conforme o inciso I do art. 5º da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Superior Tribunal de Justiça, referente ao terceiro quadrimestre de 2013.

Avulso inicial da matéria

Data: 14/02/2014

Autor: -

Local: SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação Legislativa: A Presidência comunica ao Plenário que recebeu do Presidente do Superior Tribunal de Justiça o presente Ofício.

Estabelecimento do seguinte calendário de tramitação, nos termos do art. 120 da Resolução nº 1, de 2006-CN:

Leitura: 14/2/2014

Até 19/02 prazo para publicação da matéria;

Até 06/03 prazo para apresentação de relatório;

Até 13/03 prazo para apresentação de emendas ao relatório; e

Até 20/03 prazo para apresentação, publicação, distribuição e votação do relatório e encaminhamento do parecer da CMO à Mesa do Congresso Nacional.

A matéria será publicada no Diário do Senado Federal de 15 de fevereiro do corrente.

DOCUMENTOS

O Expediente será encaminhado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

Avulso de parecer

Data: 15/10/2015

Autor: -

Local: SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação Legislativa: Anunciado o arquivamento da presente matéria, cujo parecer está publicado em avulsos eletrônicos e no Diário do Senado Federal de 16/10/2015.
Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

Descrição/Ementa: Parecer nº 76, de 2015-CN